

## ACTA NÚMERO 16/XII/ 1.<sup>a</sup> SL

Aos 19 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência com a AFEM – Associação Fórum Empresarial de Economia do Mar sobre uma iniciativa para criação de uma Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar.
2. Audiência com a CNA – Confederação Nacional da Agricultura sobre assuntos relacionados com o sector.

---

A reunião foi presidida pelo Senhor Vice - Presidente da Comissão, Deputado Jorge Fão que cumprimentou a delegação da AFEM composta pelos Senhores Almirante Nuno Vieira Matias, Dr. Tiago Pitta e Cunha, Eng. Frederico Spranger e Eng. Fernando Ribeiro e Castro, saudou também todos os Senhores Deputados presentes.

O senhor Vice – Presidente informou sobre a metodologia da audiência, dando de imediato a palavra à delegação da AFEM.

A delegação da AFEM referiu ser o Mar um recurso essencial, sendo o Mar o maior recurso de Portugal, que é reconhecido como um país marítimo. Apesar disso, o país deixou o mar fora da sua agenda política e económica, não o inserindo no rol das prioridades nacionais. Como exemplo sublinhou-se o facto de a marinha de comércio nacional estar reduzida a unicamente 14 navios com registo português, foi também relevada a acentuada quebra no sector das pescas. No entanto, foi dito que se assiste a uma mudança total de percepção relativamente ao valor do mar. Foi sublinhada a importância de elaboração de um Plano Estratégico para o aproveitamento do mar.

A delegação da AFEM entregou documentação de apoio a esta reunião e informou que iria fazer chegar à Comissão o livro “O Hypercluster da Economia do Mar”.

Fizeram comentários e colocaram questões os Senhores Deputados Cristóvão Norte, Marcos Perestrello, Ribeiro e Castro e João Ramos.



Comissão de Agricultura e Mar

---

Entre outros, os Senhores Deputados abordaram temas como o deficit alimentar e energético, sensibilização para o tema do mar no ensino público, indústria naval, segurança no mar, necessidade de comissão específica para tratar as questões do mar, transversalidade das políticas relacionadas com o mar, criar GT para as questões do Mar, taxa para os passageiros dos cruzeiros. "País marítimo onde as suas competências acabam na praia", olhar o mar numa perspectiva integrada, necessidade de uma estratégia para o mar, turismo de recreio marítimo, desportos náuticos, construção naval, pesca e aquacultura.

A delegação da AFEM respondeu às questões colocadas.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença e o contributo da AFEM.

Apartado 14107  
1064-002 Lisboa

A Sua Excelência  
O Presidente da Assembleia da República  
Deputado Jaime Gama  
Assembleia da República  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

Cabo da Roca, 19 de Abril de 2011

Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Excelência,

Está a despertar uma nova atitude nacional a respeito do mar. Assiste-se por todo o lado, na sociedade portuguesa, a uma acentuada mudança na percepção do valor do mar. E esta mudança é imperiosa face ao enorme potencial do mar para o desenvolvimento de Portugal, bem como ao aumento da sua importância e da sua exploração económica à escala mundial.

Creemos que a Assembleia da República não pode alhear-se deste fenómeno. Ao contrário, o Parlamento, onde se representa toda a República e toda a cidadania, tem uma responsabilidade única na mobilização do Estado, ao mais alto nível, para os desafios contemporâneos das políticas do mar e as vastas oportunidades que oferecem ao nosso país.

A Assembleia pode dar o contributo decisivo para a resolução definitiva de um problema crónico: assegurar visão de conjunto – e, correspondentemente, harmonia, coesão e coerência – às diferentes políticas relativas ao mar.

A constituição de uma Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar pode vir a ser o “ovo de Colombo”, portador da resposta a esse problema político. Como sintetizamos no projecto de deliberação que enviamos em anexo, *“uma Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar seria a sede política permanente da visão de conjunto e de uma contínua reflexão abrangente sobre o mar português, com importantes vantagens adicionais: primeiro, teria grande visibilidade para a opinião*



Comissão de Agricultura e Mar

---

*pública; segundo, a própria dialéctica maioria/oposição ajudaria o governo a implementar o dinamismo e a coerência que é o que se busca quanto às políticas públicas para o mar; e, terceiro, a comissão parlamentar permanente permitiria assegurar continuidade na estratégia nacional para o mar, para além da normal alternância democrática nas maiorias e no governo.”*

Caminhando-se para a XII Legislatura, que se iniciará após as eleições de 5 de Junho próximo, este é o momento adequado para, numa lógica não-partidária, antes de diálogo aberto, abrangente, nacional, entre os deputados e a sociedade civil, lançarmos os fundamentos dessa importante novidade no novo quadro parlamentar.

Por nós, não temos a menor dúvida sobre o cabimento de uma comissão permanente com o âmbito e o escopo indicados, nos termos previstos nos artºs. 34º e 35º do Regimento da Assembleia da República. E manifestamos o nosso desejo de poder avaliar, em breve, esta possibilidade em oportuno diálogo directo com Vossa Excelência.

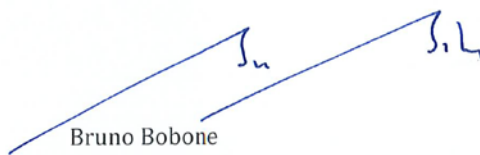
Acreditamos que esta comissão parlamentar representará um enorme avanço na abordagem de um grande desafio estratégico e estrutural, fundamental para o futuro de Portugal.

É matéria que deixamos, assim, desde já, à reflexão de Vossa Excelência.

Com os melhores cumprimentos,



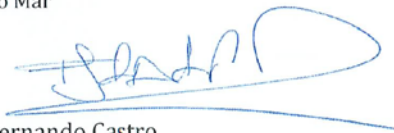
Alexandre da Fonseca  
Almirante reformado  
Director da “Revista de Marinha”



Bruno Bobone  
Presidente do Fórum Empresarial da Economia  
do Mar



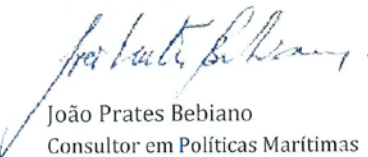
Carlos Mota  
Presidente dos Estaleiros Navais de Peniche




Fernando Castro  
Engenheiro Construtor Naval



Frederico Spranger  
Presidente da Comissão Executiva da Lisnave,  
Estaleiros Navais S.A.



João Prates Bebiano  
Consultor em Políticas Marítimas



João Carvalho  
Presidente do Instituto Portuário  
e dos Transportes Marítimos



José Ribeiro e Castro  
Deputado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Agricultura e Mar

---

Liberato Fernandes  
Presidente da Cooperativa Porto de Abrigo –  
Organização de Produtores de Pesca, Açores

Manuel Pinto de Abreu  
Professor Universitário  
Responsável pela Estrutura de Missão para a  
Extensão da Plataforma Continental (2004/10)

Nuno Vieira Matias  
Almirante reformado  
Presidente da Academia de Marinha

Tiago Pitta e Cunha  
Especialista em Política dos Oceanos  
Gabinete do Comissário para os Assuntos  
Marítimos – União Europeia (2004/10)

## PROJECTO

### **Constituição da Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar**

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. O mar é ancestralmente um dos principais recursos naturais de Portugal. Não obstante, nas últimas décadas, há que reconhecê-lo, o país deixou o mar fora

da sua agenda política e económica, não o inserindo no rol das prioridades nacionais. Como consequência, o mar não foi explorado como o recurso base de muitas actividades marítimas que é; e, conseqüentemente, estas últimas tenderam a diminuir de importância e valor no cômputo da economia nacional e na geração de emprego. Um exemplo ilustrativo está em a marinha de comércio nacional estar reduzida a unicamente 14 navios com registo português. Outro exemplo corresponde à acentuada quebra no sector das pescas que, a seguir à adesão à CEE, se verificou no número de embarcações e de pescadores, bem como no volume de pescado. E os exemplos de declínio ou desinteresse poderiam multiplicar-se. Está a despertar, porém, uma nova atitude nacional. E aquela situação deve ser efectivamente alterada quanto antes, dada a real potencialidade do mar para o desenvolvimento de Portugal, bem como o aumento da sua importância e da sua exploração económica à escala mundial.

2. Assiste-se, hoje, a uma mudança total de percepção relativamente ao valor do mar. Podemos dizer que estamos crescentemente diante de um novo paradigma nas atitudes perante o mar.

A deterioração ambiental dos oceanos, incluindo a sua acidificação, em resultado do aumento de CO<sub>2</sub> depositado no mar, bem como o agravamento da escassez dos seus recursos vivos é proporcional à importância crescente que é atribuída aos oceanos pelos Estados costeiros: recursos mais escassos tornam-se mais valiosos e geram maior procura e competição, a qual, por sua vez, significa que os oceanos estão e continuarão seguramente a ganhar importância durante o desenrolar do nosso século XXI.

O aumento da importância do mar decorre também do que se pode designar por “novos usos do oceano”. Com efeito, a evolução da aplicação da ciência e das novas tecnologias ao oceano, os progressos da oceanografia, da biologia marinha, da geologia e de outras ciências têm vindo a permitir um grande progresso no conhecimento sobre o funcionamento e o potencial dos oceanos. Têm-se vindo a desenvolver novas tecnologias sub-aquáticas, as quais, por sua vez, abrem as portas a novos usos dos oceanos, e.g., geração de energias renováveis, extracção de novos recursos minerais, perfuração de petróleo e gás natural a profundidades

2.

nunca antes pensadas; aproveitamento científico e comercial, através da indústria farmacêutica, alimentar e de cosmética, de organismos marinhos vivos, como as bactérias residentes nas fontes hidrotermais da crista média atlântica.

Numa palavra, como aprofundaremos adiante, o mar não é apenas uma questão de tradição, é também um imperativo de modernidade. Não é apenas um traço essencial da nossa identidade, é uma nova e vasta oportunidade para o nosso

futuro colectivo.

3. Perante este cenário, são muitos, inclusivamente em Portugal, os que têm vindo a advogar persistentemente e há vários anos que é essencial compreender esta nova curva de importância dos oceanos.

Conhecer o valor actual dos oceanos e perspectivar o seu crescente papel nas sociedades do futuro é essencial para todos os países, mas é, sem dúvida, mais essencial para uns do que para outros. Para os Estados costeiros – onde se inclui Portugal – reconhecer o imenso valor político, estratégico, económico, ambiental e cultural dos oceanos é fundamental, tanto mais que a área dos oceanos e mares é uma área a que Portugal está inelutavelmente associado.

Assim, como consta do Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2003, de 17 de Junho: “...a *exiguidade do território terrestre e os limitados recursos naturais nele existentes, por um lado, e a vastidão do Mar sob jurisdição nacional, por outro, são argumentos suficientes para Portugal investir verdadeiramente na gestão e exploração efectiva das amplas áreas marítimas que se encontram sob a sua jurisdição.*”

Ou seja, Portugal, numa lógica de transformação da sua economia, como a actual situação exige, não pode abster-se de investir num domínio onde as potencialidades económicas estão ainda largamente inexploradas – um domínio em que o país reconhecidamente ainda mantém algum *know-how* e que assenta numa realidade geográfica que o coloca em posição privilegiada face a outros países europeus.

Para além disso, é preciso, ainda, que a tal domínio de especialização correspondam não só reais mais-valias competitivas do país, mas, sobretudo, que aquele domínio encerre um potencial de desenvolvimento futuro que justifique, suporte e consolide uma aposta de cariz estratégico.

4. Nesta linha, o mar, enquanto recurso natural, impõe-se-nos como um tema incontornável. Portugal dispõe de uma longa linha de costa continental e conta com dois arquipélagos, que constituem as regiões autónomas. A área marítima sob jurisdição nacional é dezoito vezes a área do nosso território terrestre e corresponde, para mais, a uma grande parte do Mar da União Europeia. O país encontra-se no processo de delimitação de uma das maiores plataformas

3.

continentais do mundo, o que duplicará o seu espaço marítimo. E o espaço português é marcadamente de carácter intercontinental, projectando-se tanto na relação transatlântica, como na vertente Norte/Sul.

Neste contexto, Portugal tem vindo a desenvolver esforços no sentido de pensar o mar e definir uma estratégia para o seu aproveitamento, nomeadamente estabelecendo já este século, através de sucessivos governos, a Comissão Estratégica dos Oceanos, a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental e a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar. E, no final de 2006, foi adoptada em Conselho de Ministros uma Estratégia Nacional para o Mar<sup>1</sup>.

A ligação de Portugal ao oceano não resulta apenas da geografia. Como sabemos, o mar vive intensa e profundamente na nossa história, na literatura, na cultura e nas



nossas tradições. Faz parte do nosso registo e da nossa memória. É parte integrante da nossa identidade.

O mar constitui-se, assim, como um activo com uma dimensão geográfica assinalável que urge valorizar, não só à escala nacional, mas projectando os nossos interesses em articulação com as organizações internacionais em que nos encontramos inseridos.

Portugal é, neste sentido, não tanto um país europeu de dimensões limitadas, mas uma grande nação oceânica mundial.

5. Para Portugal, o mar não é apenas o passado. O mar é, mais do que tudo, o futuro.

É através da marinha de comércio e das infra-estruturas portuárias que nos chega a grande parte da energia que importamos e uma parte importante das matérias primas e das mercadorias que consumimos, assim como é por aí também que remetemos aos nossos clientes uma fatia cada vez maior das exportações. É pela atracção do mar e da nossa costa que mais de 70% dos turistas estrangeiros se deslocam a Portugal. É aqui que reside, ainda, apesar do declínio das duas últimas décadas, a terceira maior comunidade de pescadores da Europa, depois da espanhola e da italiana. Os estaleiros de construção e reparação navais garantem a operacionalidade dos navios e embarcações e são componente importante da indústria. O mar poderá ser a base de uma indústria de aquicultura que nos permita reduzir as importações de pescado e poderá ser uma nova via de transporte ou uma plataforma para uma nova indústria biotecnológica. É sabido que as algas são um recurso económico de amplo e variado potencial. Detemos a grande maioria dos estuários da Península Ibérica que desaguam no Oceano Atlântico e que são riquíssimos em biodiversidade. E temos os vastos fundos marinhos da nossa plataforma continental – em particular, as riquezas da biodiversidade dos montes submarinos, dos corais de profundidade e das fontes

<sup>1</sup> Publicada no *Diário da República*, 1ª série – Nº 237 – 12 Dezembro de 2006.

4.

hidrotermais que se encontram na nossa plataforma continental. Temos, a partir do mar, importante e variada matéria-prima genética para a biotecnologia.

Também no futuro, com o desenvolvimento das tecnologias subaquáticas e *off-shore*, o mar pode significar extracção de inertes, areias e cascalhos e extracção de minério (sulfuretos polimetálicos e crostas de cobalto). E pode ser depósito de novas fontes energéticas como os hidratos de metano, assim como bem sabemos que pode ser também energia renovável.

O mar deve ser, por isso, uma *fórmula económica* relevante no modelo de desenvolvimento sustentável que devemos prosseguir. Nele encontramos áreas de especialização que podem dar resposta à competitividade acrescida com que nos deparamos no mercado global e no mercado europeu em particular.

6. Acima de tudo, numa altura em que Portugal parece começar a redescobrir o valor do mar, é indispensável conseguirmos destapar a tampa do enorme potencial que o mar encerra para a economia de um Estado costeiro como é Portugal.

A evidência está no elevado valor e nos muitos postos de trabalho, com diferentes

níveis de exigência académica, que o mar gera nos demais Estados costeiros da Europa, em contraste com o fraco desenvolvimento dos sectores marítimos em Portugal, sejam eles sectores tradicionais como o transporte marítimo ou a náutica de recreio, sejam sectores de ponta como a energia, a biotecnologia, o equipamento subaquático ou a aquicultura de última geração.

Ou seja, Portugal dispõe de um vasto recurso natural, tem a matéria-prima, mas falta-lhe capital, políticas adequadas e *know-how* orientados a explorar e aproveitar sustentadamente essa matéria-prima.

A discussão, deliberação e fiscalização de novas políticas de fomento da economia do mar pela Assembleia da República será certamente um fortíssimo contributo para desatar o nó que tem fechado a tampa do vasto potencial que o mar representa para Portugal.

7. Por outro lado, há que reconhecê-lo, esse nó é ainda mais apertado pelas barreiras administrativas que têm de enfrentar aqueles que querem explorar ou, simplesmente, usar o mar. Existem demasiadas autoridades com responsabilidades na orla costeira e no mar, há legislação a mais e por vezes conflituante, os processos de licenciamento são complexos, demorados e tendencialmente conducentes a responder negativamente à iniciativa empresarial. Importa, por isso, mobilizar o Estado, ao seu mais alto nível, a partir do Parlamento, onde se representa toda a República e toda a cidadania, para que este aperto burocrático se reduza, com vista a efectivamente simplificar o acesso à exploração do mar.

5.

Isso teria um efeito virtuoso sobre a economia nacional, incluindo pela atracção de investimento estrangeiro e pelo estabelecimento em Portugal de empresas estrangeiras interessadas na exploração do mar português.

8. Por último, a Assembleia da República pode dar um contributo decisivo à resolução de um longo problema quanto às políticas públicas do mar, onde têm ocorrido frequentes discontinuidades nas últimas décadas e para que nunca se encontrou uma solução satisfatória. Esse problema é o de, no plano político, dotar de visão de conjunto – e, correspondentemente, de harmonia, coesão e coerência – as diferentes políticas relativas ao mar.

É conhecido que alguns defendem a existência de um Ministério do Mar, que já chegou, aliás, a existir. Não cabe à Assembleia da República intrometer-se nessa questão, que é matéria da exclusiva competência do Governo nos termos do artigo 198º, nº 2 da Constituição. Mas, independentemente da existência, ou não, desse Ministério ou da identificação de um Ministro com competências de coordenação horizontal quanto às políticas do mar, a existência em permanência de uma Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar afigura-se poder vir a ser o “ovo de Colombo”, capaz de fornecer a resposta que se procura.

O mar é um território, não é uma matéria. Tal como para a terra, é impossível que um só ministério, mesmo existindo, abarque a totalidade das políticas que nele se exercem ou nele se projectam. A Marinha, por exemplo, nunca sairá da tutela do Ministério da Defesa Nacional. E, além das pescas, portos e transportes marítimos,

há dezenas de outras incidências das actividades marítimas que nunca deixarão de pertencer aos departamentos governamentais materialmente competentes: a investigação e ciência, os desportos, a energia, o ambiente, o turismo, a animação e sensibilização escolar, o ensino especializado e superior, a formação profissional, o trabalho e o emprego, a cultura, os estrangeiros e fronteiras, as polícias, a integração europeia, etc.

Ora, é aqui que a Assembleia da República pode ser a chave. Para mais, de uma forma particularmente económica, ágil e maleável, porque não envolve os custos da migração de estruturas da Administração Pública, nem a comissão teria a rigidez e o peso que é inerente a estas.

Uma Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar seria a sede política permanente da visão de conjunto e de uma contínua reflexão abrangente sobre o mar português, com importantes vantagens adicionais: primeiro, teria grande visibilidade para a opinião pública; segundo, a própria dialéctica maioria/oposição ajudaria o governo a implementar o dinamismo e a coerência que é o que se busca quanto às políticas públicas para o mar; e, terceiro, a comissão parlamentar permanente permitiria assegurar continuidade na estratégia nacional para o mar, para além da normal alternância democrática nas maiorias e no governo.

6.

Em suma, esta Comissão constituirá um grande passo em frente naquela questão clássica da coerência das políticas e um enorme avanço na abordagem de um grande desafio estratégico e estrutural para o futuro de Portugal.

9. Em síntese, os desafios com que Portugal hoje se defronta, bem como o reconhecimento do crescimento da importância do mar para os Estados costeiros e do seu elevado potencial para Portugal têm de ser devidamente equacionados politicamente pela Assembleia da República.

Tratando-se de um eixo estratégico para o país, devem ser erigidos entre as principais responsabilidades do acompanhamento parlamentar e da sua acção política.

Nestes termos e de acordo com o disposto nos artigos .....,

**Delibera-se constituir a Comissão Parlamentar para as Políticas do Mar.**

Palácio de São Bento, ..... de ..... de 2011

Cerca das 11:45H teve lugar a audiência com a CNA, cuja delegação era composto pelos senhores Amândio Freitas, João Vieira, Joaquim Caçoete e Pedro Santos. O Senhor Presidente, Deputado Vasco Cunha cumprimentou a delegação da CNA informou sobre a metodologia da reunião, dando de imediato a palavra aos representantes da CNA.

A CAN referiu que as ajudas à pequena agricultura, previstas na PAC ficam muito aquém daquilo que defendem e a forma como o regadio está mal tratada. Foram ainda abordados os temas do escoamento dos produtos e os preços á produção, da soberania alimentar, reservas no cumprimento dos prazos no que concerne ao parcelário, foi sublinhado que no seu financiamento a CNA mais uma vez foi discriminada negativamente, relevou-se a questão da sanidade animal, dos custos da energia e da fiscalidade sobre os bens agro-alimentares.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Mário Simões, Miguel Freitas, Manuel Isaac e Agostinho Lopes que, entre outros abordaram os seguintes temas: vive-se momento de emergência nacional, necessidade de reforçar o associativismo, regadio na PAC necessidade de profunda alteração, aproveitamento dos baldios, plano nacional de emergência para a floresta, bolsa de terras, quotas leiteiras, ajuda alimentar, nova lei da concorrência, problemas com a distribuição, sanidade animal, dificuldades na competitividade quando há grandes diferenças nas ajudas entre um agricultor português e um holandês, orgânica do MAMAOT.

A reunião foi gravada e pode ser ouvida em:

[http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM\\_20111019\\_INC.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111019_INC.mp3)

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

:

Abel Baptista  
Agostinho Lopes  
Cristóvão Norte  
Fernando Jesus  
Isabel Santos  
Jorge Fão  
José Luís Ferreira

Luís Pedro Pimentel  
Manuel Isaac  
Manuel Seabra  
Maria José Moreno  
Mário Simões  
Miguel Freitas  
Nuno Serra  
Paulo Batista Santos  
Pedro Alves  
Pedro do Ó Ramos  
Renato Sampaio  
Ulisses Pereira  
Vasco Cunha  
Hélder Sousa Silva  
João Paulo Pedrosa  
João Ramos  
José Ribeiro e Castro  
Lídia Bulcão  
Marcos Perestrello  
Maurício Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Lynce

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda  
Rosa Maria Albernaz

Palácio de São Bento, 19 de Outubro de 2011.

**O PRESIDENTE**

**(Vasco Cunha)**